



ACÓRDÃO Nº85/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11754/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – URUCARAPREV.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Antonio Carlos Monteiro Fonseca (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5096/2020-MPC, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – URUCARAPREV. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas anual do Fundo Municipal da Previdência Social do Município de Urucará, referente ao exercício 2017, sob a Responsabilidade do **Sr. Antonio Carlos Monteiro Fonseca**, Presidente e Ordenador de Despesa, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme relação às irregularidades 06, 10 e 11 não sanadas;
- 10.2. **De acordo com voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, aplicar Multa** ao **Sr. Antonio Carlos Monteiro Fonseca** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”,



ACÓRDÃO Nº85/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme todas as irregularidades 06, 10 e 11 não sanadas.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM:

- 10.3.1.** Conclua a Implantação do Sistema de Registro Individuas das contribuições previdenciárias;
- 10.3.2.** Observe e cumpra o estabelecido nos art. 1º, VII, da Lei nº 9.717/98, art. 18 da Portaria MPS nº 402/08 e arts. 12 a 15 da Portaria MPS nº 403/08);
- 10.3.3.** Contabilize no Balanço Patrimonial da unidade o acordo de parcelamento no montante consolidado de R\$ 4.022.171,98 (fl. 596);
- 10.3.4.** Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei estadual nº 2.423/96, que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- 10.3.5.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea "e" do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



ACÓRDÃO Nº85/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4. Determinar ao Poder Executivo, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM:

10.4.1. A criação do Comitê de Investimento do URUCARAPREV;

10.4.2. A emissão de Lei que institua os devidos conselhos administrativos e fiscal em atenção ao art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98; art. 5º, V, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 10, §3º.

10.5. Determinar à Comissão de Inspeção:

10.5.1. Analisar o andamento da implantação do sistema de registro individuais das contribuições previdenciárias, a fim de atender o disposto no art. 1º, VII da Lei nº 9.717/98, art. 18 da Portaria MPS nº 402/08 e art. 12 a 15 da Portaria MPS nº 403/08;

10.5.2. Verificar se houve de fato o levantamento das devidas compensações previdenciárias junto ao INSS;

10.5.3. Verificar se houve a contabilização no Balanço Patrimonial da unidade do parcelamento no montante consolidado de R\$ 4.022.171,98 (fl. 596), uma vez que a Lei foi publicada em 19/12/2017 e verificar o cumprimento de pagamento nos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

10.6. Determinar a comunicação do Responsável sobre o resultado do julgamento destas Contas, nos termos do art. 161 do RI-TCE/AM.

Vencida a proposta de voto do Relator que vota pela aplicação da multa baseado no valor à época do fato ocorrido.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Fevereiro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.



ACÓRDÃO Nº85/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Redator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição